

Dossiê

De Chávez a Trump: dificuldades do método comparativo aplicado ao populismo

From Chávez to Trump: problems of the comparative method applied to populism

Gustavo Bianezzi Cilia

Doutorando, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Programa de Pós-graduação em Ciência Política,
Campinas, SP, Brasil
gbianezzi@gmail.com

Resumo: Existe em curso um ressurgimento do amplo debate sobre a natureza do populismo, lastreado por novos atores populistas, eleições e referendos, assim como o retorno da palavra em análises jornalísticas escritas no calor do momento, frequentemente desprovidas de uma reflexão conceitual sobre o fenômeno. A novidade na conjuntura atual é a expansão do populismo para contextos onde há muito não era encontrado, como Europa e Estados Unidos. A interação global entre as características supostamente populistas de diferentes líderes e movimentos políticos em contextos diversos geram comparações que transpõem uma definição conceitual e problematizam ainda mais um debate que já sofria com a falta de consenso. No trabalho são tratadas as dificuldades do método comparativo mediante a indeterminação conceitual do populismo. A miríade de características levantadas pelas comparações é evidência das diversas escolas de análise sobre o populismo que o relacionam a um estilo retórico, estrutura de governo ou ideologia política. São exploradas algumas consequências destas diferentes vertentes, e são sugeridas estratégias para uma agenda de pesquisa sobre o método comparativo utilizado no populismo.

Palavras-chave: Populismo; Método comparativo; Soberania popular; Conjuntura política.

Abstract: There is an ongoing revival of the wide debate on the nature of populism, backed up by new populist actors, elections and referendums, as well as the return of word usage in journalistic analysis written in the heat of the moment, often devoid of conceptual

reflection about the phenomenon. The novelty in current affairs is the expansion of populism to previously unusual contexts, such as Europe and the United States. The global interaction between supposedly populist traits of different leaders and political movements in diverse contexts create comparisons that overstep a conceptual definition and render problematic a debate already lacking in consensus. In this article, the difficulties of the comparative method are weighed in the face of populism's conceptual indetermination. The host of traits collected by comparisons is an evidence of the diverse schools of thought on populism which relate it to a rhetorical style, government structure or political ideology. Some of the consequences of different schools are further explored, and strategies for a research agenda about the comparative method applied to populism are suggested.

Keywords: Populism; Comparative method; Popular sovereignty; Political conjuncture.

Introdução

Este trabalho aborda alguns dos principais desafios que o debate sobre populismo enfrenta desde seu vertiginoso ressurgimento nas últimas décadas, especialmente na esfera internacional e comparativa. Após um longo período em que o populismo parecia consolidado como fase histórica específica ou ocasionalmente como estratégia de campanha em sistemas pouco institucionalizados, o conceito voltou a ser uma preocupação de políticos, jornalistas e acadêmicos à sombra de uma onda anti-sistêmica mundial constituída por grandes mobilizações, lideranças carismáticas e o uso de dispositivos como referendos e recalls. Não é pequeno o peso da esfera internacional neste retorno do debate populista. Embora fenômenos frequentemente caracterizados como populistas como Chávez ou Lula já fornecessem matéria prolífica para estudiosos latinistas nos países centrais, novas configurações como o crescimento eleitoral e institucional da direita populista na Europa, o polarizado referendo que retirou o Reino Unido da União Européia, e mais recentemente, a eleição do histriônico Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, têm demandado uma mudança radical e polêmica nas definições anteriores do conceito. As novas mudanças tornam impossível a antiga caracterização do populismo como fenômeno típico de países pobres, dotados de sistemas partidários frágeis, assim como definições que o relaciona com movimentos populares de esquerda. Ao mesmo tempo em que é abalado em suas mais importantes bases teóricas, a conjuntura política e a cobertura de imprensa transformam novamente o populismo em matéria urgente, demandando respostas dos pesquisadores justamente quando o parco consenso que havia sobre sua definição e características deixa de existir. Nesta crise conceitual que acompanha a crise política,

a enumeração casual de elementos comuns a casos como o de Hugo Chávez, na Venezuela, e Rodrigo Duterte, nas Filipinas, preenche o espaço deixado pela ausência de uma definição teórica, gerando toda uma gama de comparações pouco elaboradas. Sem um marco teórico em debate, a existência de uma correlação implícita a qualquer número de características observáveis gera um *falso consenso* em torno do que seria, de fato, o populismo. De fato, este problema dominou as discussões sobre populismo também no âmbito da ciência política. Este trabalho pretende apresentar um breve histórico da crise de consenso em torno do populismo e elaborar algumas perguntas que podem orientar uma nova agenda de pesquisa sobre sua análise comparativa.

O populismo como problema

Ele era um furacão de mídia de um homem só, dominando o noticiário com insultos e provocações, promessas e anúncios de novas políticas. Ele ficava no Twitter o dia todo, ligava para programas de rádio, organizava grandes mobilizações. Ele contratava e demitia pessoas ao vivo pela televisão. Humilhava e provocava adversários e se gabava de ter ganhado. Ele podia ser engraçado, leve e bufão e quebrava todas as regras sobre a conduta presidencial. Ao longo do tempo, ficou claro que ele era um gênio naquilo. Ele sugava todo o oxigênio, deixando aliados e rivais soluçando por ar. Mesmo se você estivesse farto dele, ainda assim você prestava atenção. Isso pode soar familiar como Donald Trump marchando rumo à nomeação presidencial republicana. Mas na verdade descreve a Venezuela de 1999 a 2013 sob o reinado de Hugo Chávez.

A comparação, publicada na edição de 22 de junho de 2016 do jornal *The Guardian* (o terceiro maior em circulação na Inglaterra), é de autoria de Rory Carroll, jornalista irlandês que lançou uma biografia sobre Chávez em 2013 (CARROLL, 2016). Enfatizando a semelhança no estilo e discurso políticos do ex-presidente venezuelano, morto em 2013, e o então candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, Carroll alerta que é fundamental que os eleitores americanos “[...] aprendam com o destino da Venezuela sob o populismo midiático”. A comparação não se trata de fato isolado no jornalismo. Ainda usando a variável do discurso/estilo, Mona Charen, da revista americana *National Review*, diz que aspectos do líder venezuelano podem ser vistos tanto em Trump (o “showman midiático que demite ministros ao vivo”) quanto no candidato à nomeação pelo partido Democrata Bernie Sanders (o discurso anticapitalista

e anti-corporações) (CHARE, 2016). No campo do jornalismo há também publicações que olham mais para a estrutura de classes e do sistema político norte-americano e venezuelano e enxergam nele semelhanças alarmantes. Escrevendo no *Sunday Times* inglês (o maior jornal em circulação do país), o historiador Niall Ferguson ressalta que Trump é o resultado de uma estagnação econômica prolongada que castigou os americanos brancos das classes mais baixas, e de um sistema político que não permite que coalizões entre esquerda e direita se formem contra candidatos populistas, como ocorre na França (FERGUSON, 2016). Para ele, Trump se assemelha mais ao populismo conservador tipicamente norte-americano do democrata William Jennings Bryan (político que inovou com as longas tours de campanha nas eleições de 1896 e 1900). Ben Wofford, da revista norte-americana *Politico*, compara Trump a Pinochet e Chávez e escreve que “[...] os latino-americanos têm muito a ensinar sobre caudilhos desse tipo” (WOFFORD, 2016). Wofford se destaca dos outros artigos jornalísticos por consultar cientistas políticos especialistas no assunto como Steve Levitsky, que aponta o crescimento da desigualdade nos Estados Unidos e a polarização “nós x eles” no discurso como pontos fundamentais. Escrevendo na revista *Foreign Policy*, o cientista político Javier Corrales recomenda “temer o outsider” porque “[...] na América Latina, eu vi o que esse tipo pode fazer” (CORRALES, 2016). Entre diversas *tentativas* de definição, o populismo para o autor seria principalmente uma anti-política com o potencial de destruir instituições e mobilizar as massas através da emoção.

Na verdade, em nenhum dos artigos jornalísticos citados há uma preocupação em definir o populismo. O fenômeno aparece como uma ameaça nova (ou pelo menos muito rara) nas democracias avançadas do norte, e a alusão a um processo exótico, típico da América Latina, é recorrente, assim como as menções ao regime de Hugo Chávez na Venezuela. Nos Estados Unidos, o interesse sobre Chávez é grande. O site americano Amazon oferece cerca de 1500 diferentes biografias e estudos em inglês sobre o líder venezuelano, entre biografias heróicas enfatizando seu temperamento aventureiro (JONES, 2008), análises sobre o “estado-máfia comunista” presidido por Chávez (CHAPLIN, 2013), estudos sobre petro-diplomacia (CLEM; MAINGOT, 2011), sua própria autobiografia (“My first life”, CHÁVEZ, 2016) e até um estudo astrológico sobre os regentes astrais do líder. Para fins de comparação, sobre Eva e Juan Perón existem

900 livros em inglês a venda no site, 750 sobre Getúlio Vargas, e 380 sobre o presidente boliviano Evo Morales.

Comparação sem definição

É conhecida a tendência, na mídia e no discurso político, de utilizar o termo ‘populismo’ como um adjetivo derogatório e frequentemente desprovido de conceituação (CANOVAN, 2005, p. 77). Na falta de uma definição conceitual, a comparação é a ferramenta mais usada para definir um populista a partir de uma **sintomática patológica**. Sob esta visão, Trump pode ser populista como Chávez, Pinochet ou Berlusconi, dependendo das variáveis mobilizadas de forma discricionária pelo autor. A comparação, assim, precede o próprio conceito, que passa a ser o resultado final (fenomenológico) das características observadas nos casos. Uma vez que um caso adentre o imaginário social como populista (por exemplo, Perón ou Chávez), a *experiência* passa a informar o conceito de forma integral, tornando-se um tipo ideal. Então, basta que algumas características gerais de Chávez sejam observadas em outro ator para que o populismo reapareça como espectro, febre ou embriaguez do sistema político. Ao patologizar-se o inexplicado e resumir o sujeito político ao líder, os motivos que levam um movimento ou liderança ao populismo ficam obscurecidos. Em nenhum momento, nos artigos citados, se levanta a racionalidade dos processos (exceto como *razão de sobrevivência*, a entrega ao populista como reação desesperada em tempos de crise), e o próprio prefixo que define o conceito (*populus*, povo) é relegado a uma massa irracional e manipulável.

Fora dos raros casos de movimentos que se autodenominaram ‘populistas’ (como o Partido Populista norte-americano), é possível fazer uma genealogia da definição usual ou jornalística de populismo a partir da idéia de irracionalidade da massa, um conceito bastante popular no século XIX. Como é produto da revolução democrática (LEFORT, 1981), a noção de **soberania popular** não aparece no campo do político até a crise dos regimes absolutistas com as grandes revoluções atlânticas. Quando aparece, frequentemente é utilizada como ferramenta de comparação entre diferentes regimes e revoluções do período. No caso revolucionário norte-americano, a comparação analítica entre diferentes sistemas políticos foi fundamental para informar o processo de *state-making* naquele país, e o papel da soberania popular no Estado tornou-se a

questão principal no desenho da nova constituição. A posição única dos revolucionários norte-americanos em seu período histórico e relativo isolamento geográfico da Europa tornou possível concatenar teoria e prática democráticas, e o suporte popular da nova república foi defendido pelos autores denominados federalistas, frequentemente em oposição ao que se teorizava no Velho Continente. Em uma série de artigos críticos do modelo de Montesquieu, James Madison rechaça a idéia de um equilíbrio puramente institucional: “A opinião pública coloca limites em todos os governos, e é a verdadeira soberana em todos os governos livres” (citado em SHEEHAN, 2002). Madison deve sua noção de opinião pública a pensadores franceses como Peuchet e Mercier, que em meados do século XVII a caracterizaram como um *campo aberto de ideias*, o equivalente ao espírito invisível que guiava as leis da sociedade em Montesquieu (SHEEHAN, 2002). Para Hamilton, a opinião pública age invariavelmente como princípio organizador das leis em seu tempo, sendo fator constitutivo da própria jurisprudência:

*O que significa esta declaração, ‘a liberdade de imprensa será inviolavelmente preservada’? O que é a liberdade de imprensa? Quem pode oferecer qualquer definição que não deixe nenhuma margem de evasão? Sustento que ela é impraticável; e disso eu deduzo que a segurança proporcionada por qualquer declaração bonita que seja introduzida na constituição **depende inteiramente da opinião pública**, e do espírito geral do povo e do governo. (MADISON; HAMILTON, 1984).*

A importância desta visão é a caracterização, revolucionária, da opinião pública como uma ontologia desprovida de conteúdo *a priori*, mas definida pelo seu caráter de Legislador contingente e sensível às mudanças sociais. Como notou Habermas (1989), esta visão tipicamente americana da opinião pública pouco tem a ver com a *vontade geral* do pensador iluminista Jean Jacques Rousseau. Embora Rousseau admitisse a existência de uma opinião pública, ele a considerava um dos principais obstáculos para a formulação da vontade geral, que ao contrário da pluralidade da primeira, seria naturalmente simples e evidente para o conjunto dos cidadãos.

O término violento do ciclo revolucionário francês fez do século XIX um período de marcada desconfiança perante a soberania popular. Proliferaram as análises que enfatizam o papel do líder como **um Príncipe a presidir sobre uma massa irracional e barbárica** (LE BON, 2002). Nasce a longa tendência, corrente até hoje, de *patologizar* a política de massas. De Tocqueville a Stuart Mill, diferentes pensadores enfatizaram a primazia da

razão e da competência na relação entre a massa de cidadãos e os líderes de estado, frequentemente apelando ao elitismo para salvaguardar as instituições de Direito e a boa administração do governo. O perigoso líder popular, em oposição ao líder-filósofo, é um homem de ação (e não da razão) e constrói sua autoridade do mérito pessoal de ter dedicado sua vida a servir ardentemente a uma causa (LE BON, 2002, p. 146). Nesta vertente da análise populista, ele é o principal (quando não o único) sujeito, e é por isso que a comparação sempre envolverá o líder. Embora a época já demonstrasse movimentos que hoje são considerados clássicos do populismo (o Partido Populista nos Estados Unidos e os *narodniki* russos), o caso-modelo das comparações naquele período era o processo revolucionário francês, e os líderes populistas geralmente comparados a Napoleão ou Robespierre. É conhecido o texto de Karl Marx sobre Simón Bolívar na Enciclopédia Americana, que mais de uma vez o compara a uma versão inferior de Napoleão Bonaparte. Em carta de 1858 a Engels, Marx escreve:

Em relação ao longo artigo sobre Bolívar, [o editor] demonstrou preocupação porque o escrevi em um estilo demasiado político, e me perguntou sobre minhas fontes. [...] É verdade que eu abandonei um pouco o tom enciclopédico. Mas ver o mais covarde, cruel e nefasto dos rufiões ser chamado de Napoleão me parece muito absurdo. Bolívar é um verdadeiro Soulouque¹. (DRAPER, 1968).

Não obstante os filósofos europeus do século XIX enxergarem na massa pré-moderna uma ameaça à razão iluminista (ou no caso de Marx, à causa revolucionária), os populistas revolucionários russos criaram um movimento completamente oposto. Embalados pelo romantismo nacionalista e por uma postura antiocidental, intelectuais russos conhecidos como *narodniki* (populistas) passaram a teorizar e militar de acordo com a idéia de que a vida simples do camponês, com seu senso de comunidade (*mir*) e seu igualitarismo, seria o modelo ideal para uma Rússia presa entre o feudalismo servil e a modernização industrial (WALICKI, 1979, p. 256). Os *narodniki* foram pioneiros em transformar o etéreo romantismo *volkisch* de autores como Goethe em uma ideologia política que caracterizasse o povo não apenas como um elemento da teoria democrática ou uma fonte de opinião pública, mas como modelo de sociabilidade comunitária e espaço privilegiado da política. Herdaram dos românticos uma forte desconfiança perante

¹ Soulouque é referência ao imperador do Haiti entre 1849-59.

a razão técnica e um apreço pela simplicidade na linguagem e na ação, traduzida na redução de todo antagonismo possível ao “Império”, figura metonímica que reunia tudo o que odiavam no sistema político e econômico. Trata-se de caracterização pioneira do povo étnico como sujeito político, e do Império tecnocrático, sem rosto ou bandeira, como seu antípoda. No entanto, a distância enorme entre o intelectual *narodniki* urbano e o camponês servil do interior russo impediu que o movimento se tornasse de massas, isto é, um populismo de fato. A influência do anarquismo e a dura repressão do governo czarista empurraram os *narodniki* para a clandestinidade e eventualmente para o terrorismo (culminando com o assassinato do Czar Alexandre II em 1881).

A definição estrutural: um consenso em crise

A partir do século XX o populismo passa a ser estudado cada vez mais como **regime político-econômico** com características estruturais muito específicas. O líder popular permanece importante, mas não mais como um campeão da revolução, e sim um campeão da modernização. Sua capacidade mobilizadora não mais está a serviço de uma causa ideológica definida, mas sim de uma agenda ampla de incorporação de frações marginalizadas da população ao sistema político e econômico *mainstream*. Seus seguidores não estão mais em uma turba militarizada e irracional, mas sim em uma “massa disponível” (WEFFORT, 1965). Sai o grupo conspiratorial, entra o partido de massas. E o foco dos estudos sobre populismo deixa de ser a mobilização nos países centrais e passa a ser os novos regimes autoritários em países periféricos como o de Vargas no Brasil, Cárdenas no México, Estenssoro na Bolívia, Betancourt na Venezuela e Perón na Argentina (DI TELLA, 1965; WEFFORT, 1965).

O eixo comparativo também é trasladado. O foco na trajetória pessoal e estilo político do líder permanecem, mas encontram tantas diferenças quanto semelhanças nos casos selecionados, um problema que assola os estudos sobre populismo até hoje. A influência militar na trajetória e visão de mundo, por exemplo, se encontra muito presente nos casos de Lázaro Cárdenas e Juan Perón, mas nem tanto nos casos de Romulo Betancourt e Getúlio Vargas. Estenssoro, por oposição, mobilizou-se rapidamente para extinguir o exército boliviano após alcançar o poder em 1952. A dinâmica de oposição que tais líderes enfrentaram também foi muito diferente, influenciando na diversidade

de antagonismos presentes na região. Assim, enquanto Perón construiu uma dura linha antagonística entre seu governo e os interesses norte-americanos, Romulo Betancourt refugiou-se nos Estados Unidos após sofrer um golpe. A via de acesso ao poder para o venezuelano havia sido eleições altamente disputadas; para o presidente boliviano Estenssoro, uma revolução violenta e rápida. A prática de definir o populismo a partir da comparação discriminada entre estilos e lideranças encontrava barreiras nestas trajetórias diversas. O eixo comparativo, no entanto, encontrou na **agenda** destes líderes importantes semelhanças que emprestaram ao populismo um grau de coesão conceitual inédito. Populismo, à época, era um regime distributivo que havia se imposto, não sem algum autoritarismo, como solução para a crise política e das oligarquias (WEFFORT, 1965). Ele seria o resultante de um processo de urbanização e surgimento da classe operária, pelo qual teria uma face política e uma face econômica. Nesta visão a massa passa a ter *interesses*, e a representação destes passa a ser tratada como “política de massas”, característica indissolúvel do populismo. A aplicação caiu como luva para os casos destacados, e a tríade **estrutura-regime-agenda** permaneceu como o principal conceito de populismo na época. A partir deste novo contexto, o número de trabalhos publicados na academia norte-americana sobre populismo cresce exponencialmente, uma tendência que se mantém até hoje (ver Tabela 1, abaixo).

A definição de populismo como regime, entretanto, encontrou diversos problemas na avaliação comparativa do fenômeno, para além dos clássicos estudos de caso latino-americanos. O foco na forma de governar populista encontrou nestes casos semelhanças importantes para a análise comparativa do fenômeno, mas a variação nos processos históricos de mobilização que desencadearam em seus respectivos regimes tornou difícil para as análises estruturalistas identificar as causas do populismo. A ideia de que populismo é uma conduta de governo deixa explicitamente de fora aqueles processos de mobilização que não chegaram a alcançar o poder, congela a coalizão de interesses em torno do líder populista como mero resultado de seu poder articulatório

Tabela 1. Trabalhos publicados sobre ‘populismo’ e ‘populismo e fascismo’, 1920-2013.

Década de publicação	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Populismo	11	28	14	40	167	370	557	1336	2801	1046
Populismo e fascismo	-	2	-	2	5	7	17	44	103	30

Fonte: Catálogo das bibliotecas da Universidade da Califórnia (UCLA), via worldcat.org. Inclui livros e artigos. Citado em D'Eramo (2013, p. 15).

e retórico e frequentemente empresta ao populismo uma condição de “fase histórica” típica de sistemas políticos frágeis, um período especial a ser superado por outras formas de mobilização. Esta caracterização se tornou especialmente influente nos círculos ideológicos de direita e esquerda, que flertaram com o populismo como “mal necessário”, período provisório de reformismo estatal no caminho para uma sociedade ideal – uma mudança significativa em relação ao horror que marxistas e conservadores demonstravam ao fenômeno no século XIX.

Estas dificuldades ficaram patentes quando, em 1967, a London School of Economics realizou uma grande conferência sobre o populismo com diversos pesquisadores sobre o assunto como Ernest Gellner, Ghita Ionescu, Margaret Canovan, Alain Touraine, Peter Worsley, Peter Wiles, Richard Hofstadter e Isaiah Berlin². O problema inicial (a definição de populismo) carregava a urgência de uma nova fase histórica em relação ao período anterior. Os populismos clássicos que haviam informado a teoria estavam em sua maioria enterrados sob ditaduras tecnocráticas e o pouco consenso que havia quanto a definição havia sido rompido. “Todos nós estamos escrevendo sobre populismo, mas nenhum de nós consegue defini-lo”, iniciou Hofstadter em sua apresentação (BERLIN, 1965, p. 142). “O populismo sofre de um complexo de Cinderela, é um conceito em busca de um caso que lhe caiba, como o sapato da lenda” criticou Berlin (1965, p. 174). Canovan enumerou sete formas diferentes de populismo, entre populismo agrário, populismo político, populismo intelectual, etc. Wiles definiu o conceito como uma “síndrome contagiosa” e enumerou nada menos do que vinte e quatro diferentes tipos de populismo; durante o resto de sua apresentação, enumerou outras dezenas de casos que não se encaixavam e considerava exceções à sua definição (BERLIN, 1965, p. 156).

Fugidio, o populismo escapava da estratégia fenomenológica cumulativa utilizada pelos pesquisadores. Gellner sugeriu que um populista que chegasse ao poder deixaria de sê-lo, negando o conceito a regimes como Perón ou Vargas. Berlin teorizou sobre a existência de “falsos populismos”, quando o líder apenas manipula as massas para seus fins (seu exemplo é Bonaparte e os fascistas), em oposição ao verdadeiro populismo. No entanto, como ficou evidente na apresentação de Wiles, para cada caso que se encaixava adequadamente ao conceito, uma exceção era encontrada. A conferência se

² A íntegra da conferência foi publicada sob o título “To define populism” na revista *Government & Opposition* (BERLIN, 1965). Os comentários neste texto se referem a esta transcrição.

tornou um jogo de tentativa e erro, com pesquisadores interrompendo apresentações para indicar exceções. Berlin enfatizou a importância da religião para em seguida considerar que ela se restringia ao populismo russo; da mesma forma, a importância do discurso anticapitalista, com a exceção que ele não se encontrava no populismo norte-americano. Ao final, uma definição não foi encontrada, e a maioria dos pesquisadores presentes apresentou, em livros próprios ao longo dos anos seguintes, sua própria versão do conceito.

O estudo do populismo hoje: as teorias mínimas

O “fracasso” da conferência de 1967 foi fundamental para quebrar o falso consenso que havia sobre o conceito e orientar novas hipóteses sobre o tema. Mais importante, os anos 80 e 90 viram surgir novos casos que confirmavam algumas e excluíam diversas outras variáveis de análise. Os governos de Collor no Brasil, Menem na Argentina e Fujimori no Peru apresentavam um grande número de características populistas dos casos clássicos, sem no entanto exibir o fundamental traço redistributivo e a política anti-imperialista de outrora. Pelo contrário, eram proponentes de uma política de choque pró-mercado e liberalização do Estado, e a elite contra a qual lutavam não era mais a oligarquia entreguista de outrora, mas a burocracia parasitária que havia “engordado” excessivamente o Estado. De forma curiosa, este novo populismo se levantava contra a “irresponsabilidade” econômica e social do antigo, incorporando o termo como forma de insulto em uma retórica similar ao governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra (HALL; JACQUES, 1983). Escrevendo do ponto de vista marxista, Stuart Hall descreve a bem-sucedida estratégia eleitoral TINA (*There is no Alternative*, ou “Não há alternativa”) de Thatcher como um tipo de populismo autoritário de direita, resultado do fracasso da esquerda em ir além das clivagens de classe e oferecer uma alternativa nacional-popular (HALL; JACQUES, 1983). A sugestão de que a esquerda deveria disputar o populismo levantou um longo debate na academia inglesa envolvendo outro marxista, Bob Jessop. Utilizando o referencial teórico de Antonio Gramsci, Jessop trata do populismo em geral como uma forma de revolução passiva (“transformação social sem mobilização de massa”) apoiada em uma estratégia de Duas Nações, ou seja, na divisão da sociedade em dois

polos antagônicos baseados em uma única clivagem vertical; no caso de Thatcher, os cidadãos produtivos x os cidadãos parasitários (JESSOP, 1990).

Embora a clivagem mencionada por Jessop seja de fato um elemento presente nos novos populismos neoliberais, o estruturalismo que caracterizava o populismo como configuração específica de classes enfrenta sérias dificuldades para explicar os novos fenômenos. As mudanças radicais no perfil socioeconômico dos países impedem que uma definição puramente estruturalista do fenômeno trafegue entre os diferentes casos, e a ausência de grandes mobilizações populares em torno dos projetos de poder como o de Collor, Menem e Fujimori dificulta ainda mais a aplicação do modelo populista clássico. Em vista destes problemas, Vilas (2003) é um dos teóricos que tem sustentado que o populismo é uma fase histórica superada, e que não seria correto aplicar o conceito aos regimes neoliberais. Weyland (2003), por outro lado, afirma que existem condições na América Latina para uma longa convergência entre populismo e neoliberalismo, a saber: a existência de elites corruptas e parasitárias, um baixo nível de institucionalização política, uma enorme crise econômica e social causada pela hiperinflação e o surgimento de diversos outsiders na disputa pelo Executivo. Sua definição de populismo busca romper com o estruturalismo, ao mesmo tempo em que resgata algumas definições antigas: o populismo seria uma

[...] **estratégia** política através da qual um líder personalista disputa ou exerce o poder governamental baseado em um apoio direto, não mediado e não institucionalizado de grandes números de seguidores majoritariamente desorganizados. (Weyland, 2001, p. 18).

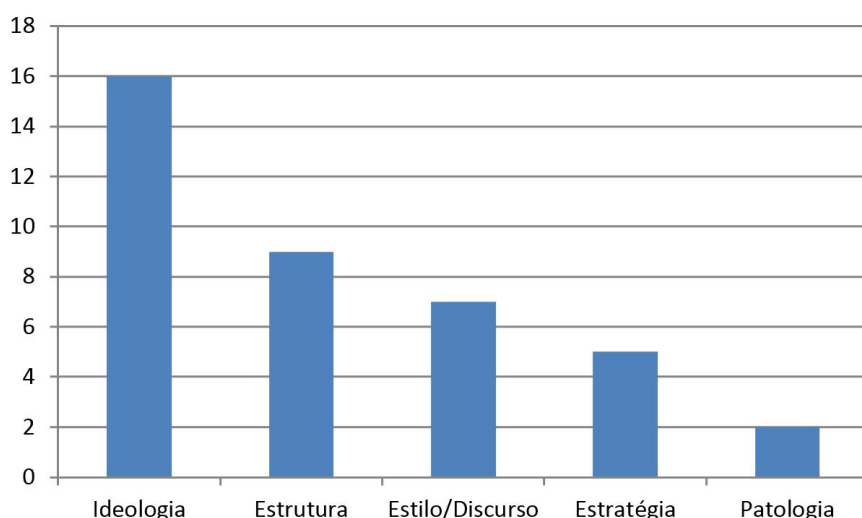
A caracterização de estratégia contraria a essencialização do povo, que passa a ser uma invenção puramente instrumental do líder. A situação de ligação direta entre líder e seguidor é resgatada da psicologia social do século XIX, embora as consequências lógicas deste argumento não sejam exploradas. A massa, embora tenha interesses, está em condição similar àquela de Le Bon: desorganizada, empobrecida pela crise econômica e em busca de um líder com a coragem de enfrentar o problema. No esforço de superar tanto o estruturalismo quanto o psicologismo, Weyland acaba transformando o populismo em uma campanha de marketing bem-sucedida, um trampolim estratégico que pode ser utilizado ou abandonado pelo agente político no caminho para o poder conforme as condições de disputa. Mas que condições são essas?

A caracterização do populismo como fenômeno que transcende arranjos de classe específicos mostra um esforço das ciências sociais em revisitar o fenômeno e atualizar suas definições. Assim, a partir dos anos 90 haverá uma mudança nas definições de populismo, a ser notada em artigos sobre o tema nas principais revistas científicas: embora a maioria mencione algum aspecto da estrutura de classes como importante para o fenômeno, a definição do populismo como ideologia se torna mais numerosa, e começam a surgir trabalhos que analisam o fenômeno do ponto de vista do discurso (Gráfico 1).

Uma variedade maior nas abordagens foi fundamental para levar o estudo do populismo a explicar as etapas processuais que condicionam as formações populistas e identificar variáveis endógenas na mobilização que fossem além do mero cálculo estratégico de lideranças políticas, buscando também as condições sociais e políticas do fenômeno. Entre as novas abordagens, uma recente caracterização do populismo como forma de ideologia é apresentada por Mudde (2004, p. 543), que o define como

[...] ideologia esparsa que considera a sociedade, em última análise, como dividida entre dois grupos homogêneos e antagonísticos, o 'povo puro' versus a 'elite corrupta', e que clama por uma política como expressão da *volonté générale* (vontade geral [apud Rousseau]) do povo.

Gráfico 1. Definições de populismo em artigos especializados de revistas científicas anglo-saxãs, 1985-2014.



Fonte: Elaboração própria a partir de Dix (1985), Betz (1993), Taguieff (1995), Urbinatti (1998), Canovan (1999), Ellner (2000, 2005), Weyland (2001), Minkenberg (2002), Akkerman (2003), Decker (2003), Mudde (2004, 2010), Derks (2006), Abts e Rummens (2007), Gonzales (2007), March (2007), De la Torre (2007), Frei e Kaltwasser (2008), Zaslove (2008), Pinelli (2011), Mudde e Kaltwasser (2013) e Kriesi (2014).

Mudde acompanha Weyland na busca por uma definição mínima do populismo, contra as taxonomias sem fim dos anos 60 e o estruturalismo dos clássicos. Mas o papel do líder nesta vertente não é de um Príncipe estratégico (cf. Maquiavel), mas sim de signo ou veículo de uma *articulação moral* polarizante, apesar de pouco dogmática. A contradição de uma ideologia pouco dogmática mas altamente mobilizadora é resolvida por Mudde com o fato de que, para se impulsionar, o populismo se “cola” a outras ideologias mais coesas, como o socialismo e o nacionalismo. Analisando alguns casos de populismo contemporâneo sob esta definição, Mudde e Kaltwasser (2013) concluem que a diversidade ideológica presente no fenômeno permite que suas manifestações tenham impactos diversos sobre a democracia em geral, sendo alguns populismos mais inclusivos que outros. O impacto do populismo sobre a democracia, portanto, seria ambíguo e contingente, podendo em certos casos ser positivo (MUDDE; KALTWASSER, 2013).

De fato, dentro do que podemos chamar de ideologia populista, o binômio inclusão/exclusão parece exercer uma função importante, mas será possível conceber algum populismo totalmente excludente, ou o inverso? Ou melhor, se está posto que o populismo necessariamente divide a sociedade em dois campos antagônicos, será possível conceber algum tipo de inclusão populista (material, política ou simbólica) que não traga consigo, pública ou veladamente, um grau similar de exclusão frente ao “outro grupo”?

A questão da polarização antagonista é tratada por Laclau (2005), que define o populismo como uma articulação discursiva entre demandas não absorvidas pelo Estado em torno de um signo flutuante (o líder, o partido, etc.) que passa a hegemonizar a articulação. Laclau abandona o estruturalismo classista (do qual já foi defensor, cf. LACLAU, 1977) e a enumeração de características taxonômicas baseadas nos casos individuais para construir também uma definição mínima de populismo como **razão** ou **discurso**. A questão em Laclau é que a falta de coesão doutrinária, assim como a indeterminação e oscilações ideológicas (características tão típicas do populismo e que tanto confundiram os pesquisadores) são na verdade a condição de sua eficácia política, já que o populismo precisa apresentar seu conteúdo programático da forma mais generalizante possível. Aqui, ao contrário do que diz Mudde, o populismo não se cola a ideologias mais coesas para preencher sua moldura moral indeterminada, mas

se define a partir de sua própria indeterminação, isto é, sustenta um vazio simbólico calculado para representar o maior número de demandas possível, enquanto deixa a definição do antagonista como questão razoavelmente aberta. Qualquer acoplamento a uma ideologia “coesa” (como nacionalismo ou socialismo) seria incidental e provisória, não possuindo um valor analítico decisivo na observação. O foco na demanda política como princípio articulatório permite compreender a contradição aparente entre a pulsão institucional e anti-institucional do populismo, pois **quem demanda questiona o poder, ao mesmo tempo em que o legitima como solução** (LACLAU, 2005, p. 175-178). Em outras palavras, o populismo é tanto subversivo quando está na oposição quanto é institucionalizante quando consegue o poder. Laclau portanto rejeita uma busca pela essência do povo ou vontade geral nos populismos reais, assim como qualquer cruzamento entre populismo e revolta contra o Estado. Assim como em Weyland, o povo em Laclau é uma construção política, mas diferente daquele, constituído como uma corrente de demandas estruturantes sobre a qual o líder não possui uma autoridade absoluta. A transformação discursiva da demanda em símbolo é o passo populista, e como observa Laclau no caso peronista, o líder em si nem sempre pode controlar os contornos desta simbologia (LACLAU, 2005, p. 214-222). Em oposição ao binômio exclusão/inclusão de Mudde e Kaltwasser, Laclau afirma que as duas lógicas, que chama de lógica de equivalência e lógica de diferença, operam simultaneamente. A primeira ressalta as similaridades nas demandas não-absorvidas, trabalhando para expandir identidades e discursos dos grupos demandantes para uma categoria universal abstrata, o povo. Este processo de hegemonização de uma particularidade para o universal é o que faz identificar, por exemplo, na figura dos descamisados argentinos uma representação do povo argentino. A segunda lógica ressalta as diferenças entre esta articulação equivalente e seus oponentes, a elite corrupta: “[...] como a plenitude da comunidade é meramente um reverso imaginário da situação atual, vivida como deficiente, aqueles responsáveis por esta situação não podem ser uma parte legítima da comunidade” (LACLAU, 2005, p. 85). Em outras palavras, porque foi desprovido de um ideal essencial de identidade coletiva, o povo se define principalmente a partir de suas ausências. A caracterização de um grupo como antagonista está relacionada a sua posição de poder, obstáculo natural das demandas não absorvidas. Por isso é possível que o populista de hoje torne-se a elite corrupta de amanhã, e também porque Menem pôde utilizar os mesmos recursos

discursivos do peronismo clássico contra a nova elite argentina: a burocracia parasitária e o estado sindical. A abordagem de Laclau é especialmente útil para comparar diferentes processos populistas no mundo; enquanto Kenneth Minogue proclamava em 1969 que o populismo era característico apenas em países pobres (IONESCU; GELLNER, 1969, p. 197-210), a idéia laclaviana de uma plenitude imaginária rompida da comunidade parece explicar melhor os casos de populismos em países desenvolvidos, como na Europa e nos Estados Unidos. O que nos levará inevitavelmente à questão do início do artigo: como encontrar paralelos entre regimes tão diferentes como o de Trump nos Estados Unidos e o de Chávez na Venezuela?

Para onde vai o estudo do populismo? Perguntas para uma agenda de pesquisa

A diversidade de abordagens, a complexidade do fenômeno e o número crescente de casos sugere uma combinação de métodos analíticos que enxergue o *processo populista* sob seus diferentes aspectos: institucional-estratégico, ideológico e discursivo (ver Tabela 2, abaixo). Em um contexto de crescimento dos estudos e confusão conceitual, uma agenda de pesquisa sobre populismo deve sugerir responsabilidade no uso do método comparativo, abandonando as citações *en passant* a tipos ideais cujo consenso extinguiu-se em favor de análises multivariadas. Questões complexas como a relação entre

Tabela 2. Definições contemporâneas do populismo.

	Definição de populismo	Unidade de análise	Métodos relevantes	Exemplos
Ideologia política	Um grupo de ideias inter-relacionadas sobre natureza da política e da sociedade	Partidos e líderes partidários	Análise qualitativa ou automática de texto	Mudde (2004, 2007), Mudde e Kaltwasser (2011)
Estilo político	Uma forma de construir demandas na política; características do discurso	Textos, discursos, manifestação pública sobre a política	Análise interpretativa de texto	Kazin (1998), Laclau (2005) e Panizza (2005)
Estratégia política	Uma forma de mobilização e organização	Partidos (com foco na estrutura), movimentos sociais, líderes	Análise histórico-comparativa, estudos de caso	Weyland (2001), Roberts (2010) e Jansen (2010)

Fonte: Gidron e Bonikowski (2013).

líder e liderado não são resolvidas com aforismos como a “ligação direta” estabelecida no populismo (cf. WEYLAND, 2001), e a experiência dos populismos clássicos deve nos alertar para o risco de basearmos nossa noção em falsos consensos. A seguir, enumero algumas estratégias analíticas levantadas pelos autores para resolver estes obstáculos.

O que o populismo não é

Com Laclau (2005, p. 154) temos a mais minimalista e abrangente caracterização de populismo, o que levou o autor a concluir, de forma polêmica, que toda política é populista. Há um ganho de escopo evidente em utilizar as ferramentas de discurso e mobilização levantadas pelo autor que nos permite olhar para casos ignorados pela literatura clássica européia, como o caso de De Gaulle e Atatürk. Sua teoria da equivalência/diferença constitutivas (que ele toma da psicanálise de Jacques Lacan) facilita enxergar o populismo como regime que inclui e exclui simultaneamente. Com Laclau, o populismo torna-se um epifenômeno: independe da estrutura, da ideologia propagada, da forma de mobilização, da organização e até mesmo do líder. Basta que exista uma elite e um terreno político em disputa para que as demandas se mobilizem e busquem articular-se como povo – embora Laclau ressalte que muitas vezes o processo é interrompido e não resulta em populismo.

No entanto, o conceito de populismo perde muito de sua força explicativa ao ser expandido para a ubíqua relação de poder entre elites e subalternos, principalmente quando empregado de forma comparativa. Ao se levantar contra a vertente fenomenológica que observa caso a caso e ajusta sua definição de acordo com as novas articulações populistas que surgem, a teoria de Laclau estabelece um populismo potencial *sui generis* em todas as sociedades políticas, deixando o árduo trabalho de identificar os componentes específicos de cada processo para os estudos de caso. A compilação de estudos de caso organizada por Francisco Panizza e publicada no mesmo ano que a obra de Laclau (2005) busca trazer esta teoria para diferentes países, mas não há praticamente espaço para a comparação de características semelhantes em casos diversos. Sob a estrutura mínima e necessária fornecida por Laclau, o populismo é contingente a ponto de ser específico, e a comparação sai em grande desvantagem.

Defendendo uma noção mais rigorosa de *conceito*, Mudde e Kaltwasser (2013) rogam aos estudiosos do populismo que busquem limitar sua definição ao encontrar

o pólo negativo do populismo, ou seja, aquilo que ele não é. Os autores encontram duas vertentes históricas que representam opostos ao populismo: o elitismo e o pluralismo. Historicamente, significa dizer que o antagonista principal das mobilizações populistas costuma articular uma solução que envolva um papel central das elites na condução da política (em oposição às massas populares) e um arranjo institucionalizado de representação de interesses (em oposição à articulação massiva de demandas). Apresentados de forma relativamente genérica, as noções são preciosas porque criam importantes vias de comparação entre casos diversos de populismo. Isto porque, se o populismo tem um conteúdo contingente e caracteristicamente indeterminado, sua antítese não. Enquanto que na visão populista a elite é um signo flutuante que identifica os responsáveis pela ruptura do tecido social, na visão elitista ela aparece fixada como *governo dos melhores* (cf. Platão) ou dos experts. Da mesma forma, o “povo” no pluralismo existe principalmente como dispositivo constitucional fixo (“Nós, o povo...”), e jamais como uma articulação contingente e aberta.

Importante notar que tanto a oligarquia quanto a normatividade constitucional são elementos constitutivos do campo popular, oferecendo referenciais simbólicos e políticos para o antagonismo populista. A face democrático-radical do populismo é essencialmente antielitista, e sua face iliberal enxerga no equilíbrio institucional da disputa de interesses (o pluralismo) um insuportável congelamento do terreno em disputa. A constituição é assim ao mesmo tempo venerada e assaltada, pois embora a caracterização genérica de “povo” presente em quase todas as constituições seja extremamente útil para mobilizar um normativismo de tipo populista, o resultado desta mobilização muitas vezes é a redação de uma nova constituição. Dinâmica semelhante ocorre em relação às lideranças, com a diferença que neste caso, o líder capaz de articular o maior número de demandas gerais sob um mesmo significante vazio se sobrepõe às lideranças tradicionais, regionalistas ou representantes de interesses mais particulares. O ideal pluralista da representação política dos diferentes interesses é enterrado sob a polarização simbólica desta cadeia de demandas que se pretende hegemônica. Defendendo uma liderança forte contra os interesses particularistas para resolver a desigualdade econômica, o Marechal Sucre escreveu em 1825:

A diferença cria o temor; o *pluralismo* cria o medo da desordem, do caos, da anarquia que produz a rebelião contra o Chefe de Estado. Para ele, é das diferenças – principalmente econômicas – que nasce o conflito político. (CAPRILES, 2006, p. 121, grifo nosso).

Olhar para os polos negativos do populismo também pode ajudar na construção de modelos regionais de populismo. Na América Latina, o elitismo se manifestou nas oligarquias rurais, no discurso racista, na desigualdade social e, em alguns países, na ditadura militar – elementos antagônicos comuns dos novos movimentos populistas latino-americanos. A partir da caracterização do elitismo no caso é possível inferir, por exemplo, que a ausência de um período ditatorial militar na história venezuelana recente influenciou na formação populista liderada por Hugo Chávez, o que significou uma relação com o exército muito mais próxima, diferente de líderes como Evo Morales ou Cristina Kirchner. O problema do pluralismo aqui também é muito diferente do que na situação europeia: embora por lá o populismo se coloque contra a representação de interesses não-nacionais na esfera política (imigrantes, estrangeiros, muçulmanos, a União Europeia), aqui é a desigualdade socioeconômica que impede que um equilíbrio de interesses se consolide no sistema político, frequentemente empurrando o populismo para bandeiras tradicionais da esquerda. De qualquer maneira, identificar os discursos e estratégias adotadas pelos agentes políticos para combater o populismo pode fornecer pistas interessantes sobre o antagonista principal que figura na polarização populista.

Fazendo o conceito viajar

Em seu artigo jornalístico para a *Politico*, Ben Wofford escreve de Quito, no Equador, e dedica parte do texto a observar a reação dos equatorianos ao fenômeno Trump. Segundo o autor, os equatorianos acompanharam atentamente a campanha norte-americana (meio-milhão de equatorianos, 3% da população, vive nos EUA) e possuem um comparativo nacional coerente: Abdala Bucaram (presidente entre 1996 e 97), igualmente midiático, histriônico e agressivo. “Me parece que vocês agora terão um pouco do remédio que tivemos aqui tantas vezes”, diz um jovem equatoriano ao jornalista americano.

A reação de *schadenfreude*³ do entrevistado tem certa ressonância com a nova situação internacional do populismo. Parte importante da teoria estruturalista do século XX era não apenas a configuração de classes típica do populismo, mas um processo de incorporação de novos atores políticos que eram resultado de mudanças no perfil econômico e demográfico típicas de países subdesenvolvidos (WEFFORT, 1965, p. 54).

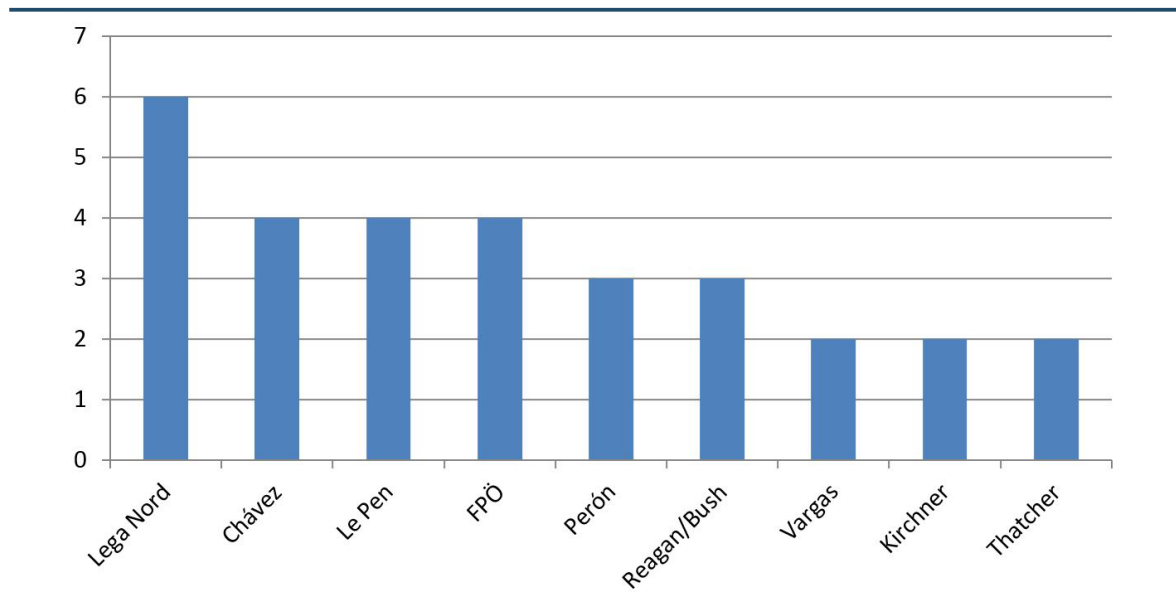
³ Expressão em alemão que significa sentir prazer com a ruína do próximo.

A definição deixava de fora o populismo europeu e norte-americano e parecia cravar no populismo um viés marcadamente subdesenvolvido. Por um lado, a própria metodologia utilizada pelos teóricos não era aplicável em casos como De Gaulle ou Roosevelt, mas como ressaltou Nádía Urbinatti (1998), o populismo tem de fato uma presença muito menor no contexto europeu. Isso tem mudado nos últimos anos, e novas análises mostram paralelos importantes na formação populista européia e latino-americana que pouco tem a ver com o nível educacional da população ou o grau de institucionalização do sistema partidário.

Meny e Surel (2002) investigaram o perfil social do eleitor da Front National (partido de extrema-direita francês) e descobriram que boa parte do eleitorado vem da classe trabalhadora e já havia votado na esquerda, notadamente no Partido Comunista Francês. Laclau (2005, p. 88) teoriza que, com o deslocamento do PCF para o centro que seguiu a queda do muro de Berlim, o tradicional voto de protesto no partido passou a ser cada vez mais depositado no FN. Como o conteúdo programático dos dois partidos é radicalmente diferente, o autor diz que a percepção de “protesto” e “diferença” prevaleceu sobre a agenda progressista. Para estes eleitores, o sistema político europeu pode representar os dois polos negativos do populismo: o elitismo dos burocratas de Bruxelas e o pluralismo da solução socialdemocrata, ambos incapazes de canalizar as demandas de uma porção cada vez mais marginalizada, social, econômica e politicamente, da população.

Não apenas seu ressurgimento na América Latina, mas a expansão do conceito para outros contextos é fator decisivo para que os estudos do populismo proliferem e se diversifiquem. Embora haja certo alarmismo (em ALBERTAZZI; MCDONNELL, 2008, por exemplo), o retorno do populismo na Europa teve nas ciências sociais o efeito salutar de diversificar os casos estudados comparativamente. O Gráfico 2 analisa coletâneas recentes sobre o populismo, geralmente constituídas por uma introdução que estabelece o tipo de conceito a ser utilizado, seguido por um número de casos analisados à luz daquele conceito. Berlusconi e sua Lega Nord se destacam como casos mais estudados; não por coincidência, um caso raro de populismo europeu que chegou ao poder executivo. Líderes latino-americanos como Perón e Vargas são menos estudados hoje do que os Le Pen e a FPÖ austríaca.

Porém, há dificuldades na comparação quando o conceito atravessa o Atlântico. Mesmo admitindo-se com Laclau que o *povo* do populismo seja um significante vazio

Gráfico 2. Casos estudados em livros e coletâneas sobre populismo em inglês, 2002-2014.

Fonte: Mény e Surel (2002); Laclau (2005); Panizza (2005); Arditi (2007); Albertazzi e McDonnell (2008); Gherghina et al. (2013); Giusto et al. (2013) e Woods e Wejnert (2014).

formado contingencialmente por demandas marginalizadas do sistema, as demandas em si não são “vazias”, mas sim o resultado histórico de situações de exclusão com marcadas origens sócio-políticas. Assim, é preciso reconhecer que a matriz popular americana e latina são fundamentalmente diferentes da européia: o impacto genocida e mercantil da colonização, a diáspora e escravidão africanas, o papel diverso da religião e o caráter fundador da imigração no perfil étnico nacional são alguns fatores que figuram notadamente nos populismos americanos, em oposição aos europeus (ver RIBEIRO, 1995; MIGNOLO, 2005; DUSSEL; JÁUREGUI, 2008). A colonização, em especial, criou uma tensão irredentista no populismo latino-americano que pouco tem a ver com o nacionalismo europeu. Sem um passado dourado com o qual sonhar, o ideal popular latino é um futuro roubado, e o antagonista estrangeiro não é tanto uma ameaça cultural quanto geopolítica-econômica. Neste sentido (e considerando as diversas nuances que existem no continente, como o indigenismo andino) uma categorização genérica da vontade geral rousseauiana como elemento do popular é pouco explicativa e corre o risco de essencializar uma noção universal de povo. As diferenças não impedem que um estudo trans-regional do populismo contemporâneo seja realizado, mas pedem atenção especial do pesquisador comparativista.

O tempo do populismo

Escrevendo sobre os sistemas de *welfare state* europeus, Bonolli (2007) teoriza que o vigor dos países nórdicos em ajustar e defender seus programas de proteção social antes dos outros países da região se deve em parte ao **timing** do aparecimento do problema naquele contexto. Como foram os primeiros países a apresentar uma economia pós-industrial, os países nórdicos viram demandas dos novos segmentos aparecerem primeiro no sistema político; em países onde a mudança apareceu mais tarde (como a França) estas demandas competiram com demandas por encolhimento radical do *welfare state* (o neoliberalismo) ou proteção total, sem reformas, do sistema (postura conservadora tomada por parte da esquerda europeia e retomada por partidos de direita). Por isso, segundo o autor, há certo consenso entre direita e esquerda na Escandinávia sobre o *welfare state*, enquanto há uma disputa paralisante em torno dele nos outros países do continente.

A análise da mudança institucional é um dos campos mais desenvolvidos da ciência política, e o uso do timing das demandas e da reforma já foi usado, por exemplo, em Collier e Collier (1991). Pensando em oposição ao caso escandinavo, é possível identificar a tendência em demandas que permaneçam por muito tempo sem representação de convergir para o campo populista? Por um lado, longas exclusões históricas na América Latina podem explicar o crescimento vertiginoso de líderes como Hugo Chávez (que sucedeu um sistema político datado de 1958, congelado e fechado a mudanças, o “puntofijismo”) e Evo Morales (que pôde capitalizar uma secular exclusão dos indígenas do poder político). No primeiro caso, a exclusão se manifestou principalmente na inviabilidade de um partido independente se consolidar no sistema político; no segundo, embora houvesse uma pluralidade de partidos independentes, a exclusão se manifestava na não representação da clivagem étnica como uma clivagem social. Por outro lado, a mudança rápida na percepção de novas demandas em um sistema político estabelecido e institucionalizado pode explicar o apelo do populismo em contextos onde ele não aparecia, como nos EUA (com Trump) e na França (com Le Pen).

O populismo também tem um timing próprio. Neste sentido, a destruição ou atropelo das instituições de negociação do processo político não é característica essencial do populismo, mas uma consequência frequente. Populistas de direita e esquerda querem *inaugurar um novo tempo*, e uma vez no poder, o populismo precisa entregar, o mais

rápido possível, as mudanças prometidas durante a articulação. As ferramentas que utiliza para isso são contingentes. Neoliberais como Menem e Collor se aproveitaram de um consenso político internacional para formular políticas de choque econômico, mas mantiveram uma relação conflituosa com o congresso de seus países. Os neopopulistas como Chávez e Evo se esforçaram em criar novas instituições tanto quanto em sufocar as velhas, seja na forma de um constitucionalismo militante e fundacional, seja na criação de instituições paralelas para lidar com problemas sociais, como as *missiones bolivarianas* (HAWKINS, 2010). Estas novas instituições podem competir com as antigas, eventualmente suplantando-as ou desaparecendo (CAPRILES, 2006).

Conclusão

Atualmente, as diversas correntes teóricas sobre o fenômeno concordam implicitamente em uma característica do populismo: ele simplifica relações sociais complexas em torno de signos morais. Operando sobre a percepção de injustiça, o populismo fornece ao sujeito político um *frame* (ASLANIDIS, 2015) que resolve parte dos problemas envolvidos na tomada de decisões coletivas, principalmente quanto à busca por informação. Por diversos motivos (níveis baixos de educação, sistema político burocrático, elitizado e bizantino, partidos distantes da maioria da população) a busca por informação na decisão coletiva é dificultada; o populismo fornece uma saída moral, simplificada, para dilemas complexos. É interessante notar que as novas tecnologias de comunicação e mídias sociais, apesar de aumentarem a gama de informação política disponível para a população, aumentaram igualmente a complexidade dos problemas coletivos e a percepção de suas consequências sobre o tecido social, situação para a qual o populismo possui sempre uma solução simplificada⁴.

Felstiner, Abel e Sarat (1980) expõem em artigo uma deficiência da sociologia em lidar com disputas *antes* delas aparecerem “oficialmente” no espaço público como movimentos e partidos. Segundo os autores, o processo de formação de disputas envolve fases importantes mas pouco estudadas de estruturação do problema: primeiro, a questão de *nomear* a demanda, isto é, **dizer que determinada experiência é injuriosa**. Em seguida, o processo de *culpar* um terceiro, o que apresenta um antagonista primário e transforma a

⁴ O melhor exemplo atual é a proposta do presidente Trump para enfrentar o complexo problema da imigração nos Estados Unidos ao simplesmente construir um muro de contenção na fronteira entre aquele país e o México.

injúria em uma “violação remediável de normas” (FELSTINER; ABEL; SARAT, 1980, p. 635). Finalmente, existe o ato de *demandar* a uma entidade que se acredita responsável pelo problema; mas é somente uma minoria das disputas, segundo os autores, que chega nesta fase do processo.

Da mesma forma, o estudo do populismo pode beneficiar-se de uma noção de **processo** que trabalhe sobre a percepção coletiva de injustiças históricas e em seguida analise os passos ideológicos (apelação a normas e manifestos), institucionais (fundação de novos partidos e movimentos, escolha de novas lideranças) e discursivos (caracterização da semelhança/diferença) na formação dos campos popular x elite. A análise *top-down* do fenômeno privilegia apenas o aparecimento súbito e hipnótico do líder e é incapaz de fornecer pistas sobre populismos *em formação*; é preciso desenvolver ferramentas *bottom-up* que apontem potencialidades do campo populista em seus diversos contextos regionais.

Nesta nova fase metodológica, a comparação é ferramenta fundamental. O uso de experiências populistas como modelo, no entanto, exige também uma análise multivariada, em detrimento do impressionismo estilístico. É preciso fundamentar uma nova escola de **populismo comparativo**, e já há esforços neste sentido (ver PAPPAS, 2016). O modelo estrutural mostrou-se insuficiente face a persistência do populismo sob estágios de desenvolvimento, estruturas de classe e sistemas políticos diversos. O uso indiscriminado de variáveis pouco confiáveis como estilo e linguagem na comparação, pelo contrário, oferece uma falsa sensação de abertura das linhas comparativas ao trazer para a análise fenômenos tão díspares quanto a recentíssima presidência Trump e o governo de Hugo Chávez. Na realidade, esse método comparativo restringe a análise do populismo como fenômeno de causalidade complexa e de ideologia constitutivamente indeterminada. Principalmente, impede de enxergar o populismo em suas diversas fases: articulação de antagonismos e sujeitos políticos, elaboração de agendas mínimas de mudança, (re)institucionalização dos meios de disputa do poder.

Referências

- ABTS, K.; RUMMENS, S. Populism versus Democracy. *Political Studies*, v. 55, n. 2, p. 405-424, 2007.
- AKKERMAN, T. Populism and Democracy: challenge or pathology? *Acta Politica*, v. 38, p. 147-159, 2003.

- ALBERTAZZI, D.; MCDONNELL, D. *Twenty-first century populism: the spectre of western European democracy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- ARDITI, B. *Politics on the edges of liberalism, difference, populism, revolution, agitation*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007.
- ASLANIDIS, P. Is populism an ideology? A refutation and a new perspective. *Political Studies*, v. 2015, p. 1-17, 2015.
- BERLIN, I. (Ed.). To define populism. *Government & Opposition*, v. 3, n. 2, p. 1-19, 1965.
- BETZ, H. G. The two-faces of radical right-wing populism in Europe. *The Review of Politics*, v. 55, n. 4, p. 663-685, 1993.
- BONOLLI, G. Time matters: postindustrialization, new social risks, and welfare state adaptation in advanced democracies. *Comparative Political Studies*, v. 40, p. 495-520, 2007.
- CANOVAN, M. *Populism*. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.
- CANOVAN, M. Trust the people! Populism and the two faces of Democracy. *Political Studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.
- CANOVAN, M. *The people*. Malden: Polity, 2005.
- CAPRILES, C. La enciclopedia del chavismo o hacia una teología del populismo. *Revista Venezolana de Ciencia Política*, v. 29, p. 73-92, 2006.
- CARROLL, R. Insult, provoke, repeat: how Donald Trump became America's Hugo Chávez. *The Guardian*, 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/jun/22/donald-trump-hugo-chavez-political-similarities>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CHAPLIN, A. *Chávez's legacy: the transformation from democracy to a mafia state*. Nova Iorque: UPA, 2013.
- CHARE, M. The Donald/Bernie Show: shades of Hugo Chávez. *National Review*, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.nationalreview.com/article/434071/donald-trump-bernie-sanders-hugo-chavez>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CHAVEZ, H. *My first life: conversations with Ignacio Ramonet*. Londres: Verso, 2016.
- CLEM, R.; MAINGOT, A. *Venezuela's petro-diplomacy: Hugo Chávez's foreign policy*. Gainesville: University Press of Florida, 2011.
- COLLIER, R.; COLLIER, D. *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- CORRALES, J. Beware the outsider. *Foreign Policy*, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/03/16/beware-the-outsider-trump-latin-america/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- D'ERAMO, M. Populism and the New Oligarchy. *New Left Review*, v. 82, p. 5-28, 2013.
- DE LA TORRE, C. The resurgence of radical populism in Latin America. *Constellations*, v. 14, n. 3, p. 384-397, 2007.
- DECKER, F. The populist challenge to Liberal Democracy. *International Political Sociology*, v. 3, p. 47-59, 2003.

- DERKS, A. Populism and the ambivalence of egalitarianism. how do the underprivileged reconcile a right wing party preference with their socio-economic attitudes? *World Political Science Review*, v. 2, n. 3, p. 175-200, 2006.
- DI TELLA, T. Populismo y reforma en América Latina. *Desarrollo Economico*, v. 4, n. 16, p. 391-425, 1965.
- DIX, R. Populism: authoritarian and democratic. *Latin American Research Review*, v. 20, n. 2, p. 29-52, 1985.
- DRAPER, H. Karl Marx and Simon Bolívar: a note on authoritarian leadership in a national-liberation movement. *New Politics*, v. 7, n. 1, p. 64-77, 1968.
- DUSSEL, E.; JÁUREGUI, C. *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham: Duke University Press, 2008.
- ELLNER, S. *The radical populism of Chavismo in Venezuela: a throwback to the trienio of Romulo Betancourt?* In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22., 2000, Miami. Miami: LASA, 2000.
- ELLNER, S. Revolutionary and non-revolutionary paths of radical populism: directions of the chavista movement in Venezuela. *Science and Society*, v. 69, n. 2, p. 160-190, 2005.
- FELSTINER, W.; ABEL, R.; SARAT, A. The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming. *Law & Society Review*, v. 15, n. 3-4, p. 631-654, 1980.
- FERGUSON, N. Título. *The Sunday Times*. 2016. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20170227145649/http://www.thesundaytimes.co.uk/sto/comment/columns/NiallFerguson/article1672577.ece>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- FREI, R.; KALTWASSER, C. El populismo como experimento político: historia y teoría política de una ambivalência. *Revista de Sociologia*, v. 22, p. 117-140, 2008.
- GHERGHINA, S.; MISCOIU, S.; SOARE, S. *Contemporary populism: a controversial concept and its diverse forms*. Cambridge: Cambridge Scholars Publications, 2013.
- GIDRON, N.; BONIKOWSKI, B. *Varieties of populism: literature review and research agenda*. Cambridge: Weatherhead Center for International Affairs, 2013. (Working Papers, 13-0004).
- GIUSTO, H.; KITCHING, D.; RIZZO, S. *The changing faces of populism: systemic challengers in Europe and the U.S.* Lexington: Lexington Books, 2013.
- GONZALES, O. Los orígenes del populismo latinoamericano: Una mirada diferente. *Cuadernos del CENDES*, v. 24, n. 66, p. 75-104, 2007.
- HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- HALL, S.; JACQUES, M. *The politics of Thatcherism*. Londres: Lawrence and Wishart, 1983.
- HAWKINS, K. *Venezuela's Chavismo and populism in comparative perspective*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

- IONESCU, G.; GELLNER, E. *Populism; its meaning and national characteristics*. Nova Iorque: Macmillan, 1969.
- JANSEN, R. S. Populist mobilization: a new theoretical approach to populism. *Sociological Theory*, v. 29, n. 2, p. 75-96, 2010.
- JESSOP, B. *State theory: putting the capitalist state in its place*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1990.
- JONES, B. ¡Hugo! The Hugo Chávez story from mud hut to perpetual revolution. Hanover: Steerforth Press, 2008.
- KAZIN, M. *The populist persuasion*. Cornell: Cornell University Press, 1998.
- KRIESI, H. P. The populist challenge. *West European Politics*, v. 37, n. 2, p. 361-378, 2014.
- LACLAU, E. *Politics and ideology in Marxist theory: capitalism, fascism, populism*. Londres: NLB, 1977.
- LACLAU, E. *On populist reason*. Londres: Verso, 2005.
- LE BON, G. *The crowd: a study of the popular mind*. Londres: Dover Publications, 2002.
- LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Democratization*, v. 20, n. 1, p. 107-136, 2013.
- MADISON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. *O federalista*. Brasília: UNB, 1984.
- MARCH, L. From Vanguard of the Proletariat to Vox Populi: Left populism as a 'shadow' of contemporary socialism. *SAIS Review (Paul H. Nitze School of Advanced International Studies)*, v. 27, n. 1, p. 63-77, 2007.
- MÉNY, Y.; SUREL, Y. *Democracies and the populist challenge*. Nova Iorque: Palgrave, 2002.
- MIGNOLO, W. *The idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.
- MINKENBERG, M. The Radical Right in Post-Socialist Central and Eastern Europe: comparative observations and Interpretations. *Eastern European Politics and Societies*, v. 16, n. 2, p. 335-362, 2002.
- MUDDE, C. The populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.
- MUDDE, C. *Populist radical right parties in Europe*. Nova Iorque: Cambridge, 2007.
- MUDDE, C. The populist radical Right: a pathological normalcy. *EuroZine*, 31 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/the-populist-radical-right-a-pathological-normalcy/>>. Acesso em: 1 out. 2016.
- what? *European Journal of Political Research*, v. 52, p. 1-19, 2013.
- MUDDE, C.; KALTWASSER, C. *Voices of the peoples: populism in Europe and Latin America compared*. *Kellogg Working Paper*, v. 378, p. 1-43, 2011.
- MUDDE, C.; KALTWASSER, C. Exclusionary vs. inclusionary populism: comparing contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition*, v. 48, n. 2, p. 147-174, 2013.
- PANIZZA, F. *Populism and the mirror of democracy*. Londres: Verso, 2005.
- PAPPAS, T. *Populism*. Curso oferecido na Universidade Centro-Européia, 2016.

- PINELLI, C. The populist challenge to constitutional democracy. *European Constitutional Law Review*, v. 7, n. 1, p. 5-16, 2011.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIKER, W. *Liberalism against populism: a confrontation between the theory of democracy and the theory of social choice*. San Francisco: Freeman, 1982.
- ROBERTS, K. Latin America's Populist Revival. *SAIS Review*, v. 27, n. 1, p. 3-15, 2010.
- SHEEHAN, C. Madison and the French enlightenment: the authority of public opinion. *The William and Mary Quarterly*, v. 59, n. 4, p. 925-956, 2002.
- TAGUIEFF, P. A. Political science confronts populism: from a conceptual mirage to a real problem. *Telos*, v. 103, p. 9-43, 1995.
- URBINATTI, N. Democracy and Populism. *Constellations*, v. 5, n. 1, p. 110-124, 1998.
- VILAS, C. Populismos reciclados o neopopulismo a secas? El mito del "neopopulismo" latinoamericano. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, p. 135-151, 2003.
- WALICKI, A. *A history of Russian thought from the enlightenment to marxism*. Stanford: Stanford University Press, 1979.
- WEFFORT, F. Estado e Massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, v. 1, n. 1, 1965.
- WEYLAND, K. Clarifying a contested concept: populism in the study of Latin American politics. *Comparative Politics*, v. 34, n. 1, p. 1-22, 2001.
- WEYLAND, K. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity? *Third World Quarterly*, v. 24, n. 6, p. 1095-1115, 2003.
- WOFFORD, B. *Pinochet. Chavez. Trump?* 2016. Disponível em: <<http://www.politico.com/magazine/story/2016/03/bienvenido-el-presidente-trump-213764>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- WOODS, D.; WEJNERT, B. *The many faces of populism: current perspectives*. Bingley: Emerald Publishing, 2014.
- ZASLOVE, A. Here to stay? Populism as a new party type. *European Review*, v. 16, p. 319-336, 2008.

Recebido: 6 jan.2017

Aceito: 15 abr. 2017